

**APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO  
AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL  
AREIAS DE SANTO AMARO  
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

**1. INTRODUÇÃO**

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto “Areias de Santo Amaro” de acordo com o definido no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), iniciou-se com a receção na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Autoridade Ambiental, do Plano de Pedreira acompanhado do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) a 28 de janeiro de 2022 em suporte digital.

Posteriormente, de acordo com o definido Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA formada pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados e cujos respetivos representantes foram nomeados pelos seus superiores:

- Divisão de ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Filipe Pires que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Carlos Faria;
- Direção Regional do Comércio e Indústria (DRCI), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Diamantino Oliveira;
- Divisão de Gestão da Água (DGA) representada por Tiago Fraga;
- Divisão de Ordenamento do Território representada por Ana Rita Dinis (DOT);
- Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas de São Jorge (SAACSJ) representada por Anabela Silva.

A 1 de março de 2022, foi emitido parecer de apreciação da CA ao EIA em questão, onde se considerou fundamental que o Relatório Técnico deveria ser alvo de aperfeiçoamentos conforme as considerações efetuadas, devendo ser introduzidos sob a forma de reformulação deste documento e posteriormente refletidos no conteúdo no Resumo Não Técnico.

Face ao exposto foram concedidos trinta (30) dias para a apresentação da documentação solicitada e os documentos alterados deveriam ser enviados

em suporte digital e em formato papel para efeitos de consulta pública, ficando o prazo interrompido até à receção de toda a documentação.

A 20 de abril, deu entrada a documentação solicitada, sendo retomado o período de contagem do procedimento.

## **2. APRECIÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO**

A documentação remetida na sua generalidade corresponde ao solicitado, contudo, em matéria de Ordenamento do Território, as considerações não foram absorvidas, sendo que as mesmas não implicam a desconformidade do EIA, isto é, o EIA cumpre com os artigos 34.º, 35.º e 36.º do Regime Jurídico da Avaliação do Impacte e do Licenciamento Ambiental.

Mais se salvaguarda, que não foram enviados os pareceres solicitados, nomeadamente por parte da Câmara Municipal de Velas, que atestem a conformidade da pretensão com as disposições regulamentares do PDM em vigor, bem como da IROA, S.A., dada a sobreposição com a Reserva Agrícola Regional. Contudo, a entidade licenciadora, Direção Regional do Comércio e Indústria (DRCI), representada nesta CA, solicitou os pareceres à Câmara Municipal de velas e ao IROA, pareceres esses que até à data não forma rececionados.

## **3. DELIBERAÇÕES**

Face ao exposto, é do entendimento da CA que estão reunidas as condições para avançar para a fase de Consulta Pública, pelo que a CA propõe declarar a conformidade do EIA. Durante a Consulta Pública, nos locais onde se encontram disponíveis à população o RT e RNT devem também estar presentes os pareceres emitidos pela CA no âmbito do presente procedimento, para uma maior compreensão e transparência do conteúdo dos documentos.

Horta, 20 de abril de 2022

P'la Comissão de Avaliação

  
Filipe Pires  
(DACAA)